Unidade curricular	Área de educação e formação	Componente de formação	Ano curricular	Duração	Horas de contacto	Das quais de aplicação	Outras horas de trabalho	Das quais correspondem apenas ao estágio	Horas de trabalho totais	Créditos
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(8.1)	(9)=(6)+(8)	(10)
munitária.	761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.			Semestral	48	35	77		125	5
	347 — Enquadramento na Or-	Geral e científica	1.º ano	Semestral	48		77		125	5
nal. Ateliê de Histórias	ganização. 761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.	Técnica	1.º ano	Semestral	48	48	77		125	5
Animação Socio Cultural I	761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.	Técnica	1.º ano	Semestral	48	35	77		125	5
Deontologia e Ética Saúde Infantil	226 — Filosofia e Ética	Geral e científica Técnica	1.º ano 1.º ano	Semestral Semestral	32 32	24	18 43		50 75	2 3
	olica. 142 — Ciências da Educação 482 — Informática na Ótica do Utilizador.		2.º ano 2.º ano	Semestral Semestral	48 48	38 38	77 77		125 125	5 5
	761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.	Técnica	2.º ano	Semestral	48	38	77		125	5
Oficina da Ciência Observação de Práticas Educativas.	443 — Ciência da Terra 761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.		2.º ano 2.º ano		48 48	38 48	77 77		125 125	5 5
Ateliês de Expressões	761 — Serviços de Apoio a	Técnica	2.º ano	Semestral	48	48	77		125	5
Estágio	Crianças e Jovens. 761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.	Em contexto de trabalho.	2.º ano	Semestral			750	750	750	30
Total	,				880	495	2 120	750	3 000	120

Na coluna (2) indica-se a área de educação e formação de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de março.

Na coluna (3) indica-se a componente de formação de acordo com o constante no artigo 13.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março. Na coluna (6) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

Na coluna (7) indicam-se as horas de aplicação de acordo com o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março.

Na coluna (8) indicam-se as outras horas de trabalho de acordo com o constante no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

Na coluna (8.1) indica-se o número de horas dedicadas ao estágio.

Na coluna (9) indicam-se as horas de trabalho totais de acordo com o constante no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

Na coluna (10) indicam-se os créditos segundo o European Credit Transfer and Accumulation System (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

311102486

Aviso n.º 2041/2018

Torna-se público, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º-T do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, que, por despacho de 22 de julho de 2015, do Diretor-Geral do Ensino Superior, proferido ao abrigo do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março, foi registada, nos termos do anexo ao presente aviso, que dele faz parte integrante, a criação do curso técnico superior profissional de Contabilidade da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre.

29 de janeiro de 2018 — A Subdiretora-Geral do Ensino Superior, *Ângela Noiva Gonçalves*.

ANEXO

1 — Instituição de ensino superior

Instituto Politécnico de Portalegre — Escola Superior de Tecnologia e Gestão

2 — Curso técnico superior profissional

T120 — Contabilidade

3 — Número de registo

R/Cr 278/2015

4 — Área de educação e formação

344 — Contabilidade e Fiscalidade

5 — Perfil profissional

5.1 — Descrição geral

Preparar documentação contabilística de apoio à tomada de decisão por parte da gestão, desempenhar tarefas de preparação de informação

fiscal e diagnosticar e propor soluções para problemas de menor complexidade a nível contabilístico e fiscal, relativas ao normal funcionamento de uma empresa ou organização.

5.2 — Atividades principais

- a) Planear, organizar, classificar e arquivar documentos contabilísticos em organizações públicas e privadas;
- b) Efetuar, de forma autónoma, os registos das operações de gestão conducentes à elaboração da contabilidade financeira;
- c) Colaborar no apoio à Administração e ou Direção, na gestão económica e financeira da empresa ou organização pública ou privada;
- d) Preparar informação de apoio à elaboração de pareceres e relatórios de gestão financeira tendo em vista o desempenho eficiente e eficaz da empresa ou entidade pública;
- e) Assegurar os procedimentos necessários ao cumprimento das obrigações da entidade perante a Administração Fiscal;
- f) Implementar sistemas de informação de apoio à gestão de clientes e de fornecedores, bem como dos relativos à gestão de tesouraria;
- g) Colaborar na preparação de orçamentos da empresa ou entidade pública ou privada;
 - h) Aplicar métodos e técnicas de análise económico-financeira;
- i) Colaborar na implementação de sistemas de auditoria, para as áreas financeira, contabilística e fiscal;
- *j*) Organizar ficheiros e gerir informação contabilística e fiscal de acordo com os objetivos definidos pela Administração e ou Direção das entidades;
- k) Utilizar e promover melhorias nas aplicações informáticas de suporte à gestão contabilística e fiscal da empresa ou entidade pública ou privada;
- *l*) Preparar relatórios utilizando aplicações informáticas de contabilidade em conformidade com os normativos legais aplicáveis.

- 6 Referencial de competências
- 6.1 Conhecimentos
- a) Conhecimentos fundamentais das formas de organização e tratamento da informação de suporte à contabilidade;
- b) Conhecimentos fundamentais de contabilidade financeira e contabilidades setoriais:
- c) Conhecimentos especializados de enquadramento económico e legal das empresas (fiscalidade, societário e do trabalho);
 - d) Conhecimentos especializados de contabilidade de gestão;
- e) Conhecimentos especializados que permitam a produção de relatórios e informações para a tomada de decisão;
 - f) Conhecimentos fundamentais de gestão;
- g) Conhecimentos fundamentais sobre a gestão administrativa dos recursos humanos:
- h) Conhecimentos especializados sobre demonstrações financeiras e relatórios de gestão;
- i) Conhecimentos especializados sobre sistemas de processamento de dados, *software* de contabilidade, na área da contabilidade financeira;
- j) Conhecimentos especializados de informática ao nível da preparação da informação financeira.

6.2 — Aptidões

- a) Proceder à adaptação dos planos de contas das diversas entidades, de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- b) Identificar as exigências legais das empresas e das organizações públicas e privadas em matéria de contabilidade e fiscalidade;
 - c) Aplicar normas específicas de contabilização das entidades;
- d) Organizar e gerir ficheiros de informação relativos ao cumprimento das obrigações da entidade perante a Administração Fiscal;
- e) Aplicar os procedimentos necessários à abertura de contas, registo de operações financeiras e preparação de documentos finais de prestação de contas;
- f) Identificar os diferentes tipos de documentos e o circuito de documentação;
 - g) Analisar sistemas de controlo aplicáveis às diferentes entidades;
- h) Analisar o desempenho e elaborar relatórios de apoio à gestão;
 i) Aplicar as técnicas de análise de demonstrações financeiras e a
- elaboração de relatórios de gestão;
 j) Identificar potenciais oportunidades de melhoria dos sistemas de
- j) Identificar potenciais oportunidades de melhoria dos sistemas de informação contabilística, de acordo com as exigências legais e necessidades de informação das entidades.

6.3 — Atitudes

- a) Demonstrar responsabilidade, iniciativa, autonomia e capacidade de decisão;
 - b) Demonstrar capacidade de planeamento e organização;
 - c) Demonstrar autonomia na resolução de problemas técnicos;

- d) Demonstrar capacidade para trabalhar com orientação por objetivos e cumprimento de prazos;
- e) Demonstrar capacidade de adaptação à dinâmica legislativa fiscal, contabilística e societária;
- f) Demonstrar capacidade de integração em equipa de trabalho e incentivo do espírito de grupo;
- g) Demonstrar flexibilidade em diferentes situações e contextos profissionais prevenindo e gerindo de forma adequada situações de conflito:
- h) Demonstrar capacidade de comunicação utilizando linguagem técnica.

7 — Estrutura curricular

Área de educação e formação	Créditos	% do total de créditos		
344 — Contabilidade e Fiscalidade	87 12 6 6 6 3	73 % 10 % 5 % 5 % 5 % 3 %		

8 — Áreas relevantes para o ingresso no curso (n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março)

Uma das seguintes:

Economia

Matemática

Português

9 — Localidades, instalações e número máximo de alunos

Localidade Instalações		Número máximo para cada admissão de novos alunos	Número máximo de alunos inscritos em simultâneo	
Portalegre	Portalegre Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre.		40	

10 — Ano letivo em que pode ser iniciada a ministração do curso 2015-2016

11 - Plano de estudos

-										
Unidade curricular	Área de educação e formação	Componente de formação	Ano curricular	Duração	Horas de contacto	Das quais de aplicação	Outras horas de trabalho	Das quais correspondem apenas ao estágio	Horas de trabalho totais	Créditos
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(8.1)	(9)=(6)+(8)	(10)
	314 — Economia	Geral e científica Geral e científica	1.º ano 1.º ano	Semestral Semestral	60 30		100 50	0	160 80	6 3
	345 — Gestão e Administração	Geral e científica	1.º ano	Semestral	60		100	0	160	6
Gestão. Contabilidade de Gestão	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Técnica	1.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
Contabilidade Financeira das Microentidades.	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Técnica	1.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Técnica	1.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Técnica	1.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
Direito da Empresa e do Tra- balho.		Técnica	1.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
Fiscalidade	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Técnica	1.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
Noções Fundamentais de Contabilidade.	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Técnica	1.º ano	Semestral	30	22	50	0	80	3
	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Técnica	1.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6

Unidade curricular	Área de educação e formação	Componente de formação	Ano curricular	Duração	Horas de contacto	Das quais de aplicação	Outras horas de trabalho	Das quais correspondem apenas ao estágio	Horas de trabalho totais	Créditos
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(8.1)	(9)=(6)+(8)	(10)
Métodos Quantitativos	461 — Matemática	Geral e científica	2° ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
Aplicações Informáticas de Contabilidade.			2.º ano		60	60	100	0	160	6
Contabilidade Financeira das Pequenas e Médias Empresas.		Técnica	2.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
Controlo de Gestão	345 — Gestão e Administração		2.º ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
Introdução à Auditoria e Controlo Interno.	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Técnica	2.° ano	Semestral	60	44	100	0	160	6
Estágio	344 — Contabilidade e Fiscalidade.	Em contexto de trabalho.	2.° ano	Semestral	20	0	800	800	820	30
Total					920	566	2 300	800	3 220	120

Na coluna (2) indica-se a área de educação e formação de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de março.

Na coluna (3) indica-se a componente de formação de acordo com o constante no artigo 13.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março.

Na coluna (6) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

Na coluna (7) indicam-se as horas de aplicação de acordo com o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março.

Na coluna (8) indicam-se as outras horas de trabalho de acordo com o constante no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

Na coluna (8.1) indica-se o número de horas dedicadas ao estágio.

Na coluna (9) indicam-se as horas de trabalho totais de acordo com o constante no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

Na coluna (10) indicam-se os créditos segundo o European Credit Transfer and Accumulation System (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

311102478

EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1564/2018

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º e do n.º 6 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 26/2017, de 9 de março, 99/2017, de 18 de agosto, e 138/2017, de 10 de novembro, que aprova a orgânica do XXI Governo Constitucional, do artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego, com faculdade de subdelegação, no Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGEFE, I. P.), a autorização mensal da transferência das verbas inscritas no orçamento deste Ministério, para o Orçamento da Segurança Social, para suportar os encargos decorrentes da comparticipação da Educação no apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede privada.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

19 de janeiro de 2018. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

311102089

Conselho Nacional de Educação

Regulamento n.º 108/2018

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 21/2015, de 3 de fevereiro, que define a natureza, missão e atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi publicado o Regulamento n.º 165/2015, de 8 de abril, que aprovou o respetivo regimento. O n.º 1 do artigo 17.º do mencionado Regulamento estabelece a possibilidade de constituição, alteração e extinção de comissões especializadas permanentes às quais compete, designadamente, elaborar estudos, projetos de pareceres e recomendações a pedido do presidente do CNE ou por iniciativa própria. Tal previsão fundamenta-se no dinamismo das questões relativas aos sistemas educativo, científico e tecnológico e na necessidade de adaptação da atuação do CNE a fim de as antecipar, apreciar e acompanhar.

Neste sentido, importa alterar as comissões especializadas permanentes constituídas através do Regulamento n.º 165/2015, de forma a alargar o foco da sua atividade a todos os possíveis destinatários educativos, tendo em conta também as profundas mudanças que o mundo atravessa e as que se anunciam.

Assim:

Nos termos da alínea *e*) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 21/2017, de 3 de fevereiro, o plenário do Conselho Nacional de Educação deliberou alterar o artigo 17.º do Regimento aprovado pelo Regulamento n.º 165/2015, de 8 de abril, que passa a ter a seguinte redação:

A presente alteração produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

12 de dezembro de 2017. — A Presidente do Conselho Nacional de Educação, *Maria Emília Brederode Santos*.

311101173

Direção-Geral da Administração Escolar

Despacho n.º 1565/2018

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19-08, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, ao docente a seguir indicado, que concluiu